



Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Eletrônico

Vol. 8 nº 4

Julho 2008

Edição Especial:

O sucesso do fracasso das negociações da OMC

www.igtn.org

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES DA OMC

O sucesso do fracasso das negociações na OMC. Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN. Julho 2008.

A nova geopolítica do comércio e o colapso da mini-ministerial da OMC: foi devido "apenas" ao Mecanismo Especial de Salvaguarda? Mariarosaria Iorio, Representante da IGTN Genebra. Julho/08.

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO E EFETIVIDADE DA AJUDA

"De novo na estrada": visões feministas e estratégias para Acra e Doha. Diana Aguiar, Secretaria Global da IGTN. Julho de 2008.

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES DA OMC

O sucesso do fracasso das negociações na OMC. Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN. Julho 2008.

Após 7 anos, a mal chamada Rodada do Desenvolvimento iniciada em Doha em 2001, dentro da Organização Mundial do Comércio – OMC, não conseguiu concluir acordo algum, o que foi noticiado como o “fracasso” das negociações.

Porém, o chamado fracasso por alguns pode ser - e neste caso foi - o sucesso para outros. Para os movimentos sociais que acompanhamos as negociações na OMC e, em particular desde a II Reunião Ministerial em Seattle em 1999, a quebra das negociações expõe sim o fracasso do modelo de liberalização progressiva globalizante.

Um pequeno grupo de pouco mais de trinta países foi chamado a definir os rumos das populações e do planeta, dadas as implicações sociais e ambientais das definições a serem tomadas nessa Mini-ministerial da OMC de julho. Em um processo que muito teve de antidemocrático, ilegítimo e excludente, se pretendia remediar o doente com mais do

mesmo remédio que já provou seu insucesso.

A rápida abertura das economias dos países em desenvolvimento nas últimas décadas tem sido amplamente associada à concentração fundiária e à expulsão de camponeses, ao barateamento da mão de obra, à perda da proteção trabalhista e ao vácuo na responsabilidade dos Estados em termos da reprodução social e provisão de serviços públicos essenciais. Tudo isso vem aumentando a vulnerabilidade das populações, especialmente nos países menos desenvolvidos, e afetando em particular as mulheres. Assim, e diante da crise alimentar e energética que o mundo vivencia atualmente, um acordo na OMC só aprofundaria este processo e suas consequências.

De fato, a crescente liberalização da agricultura no último meio século tem provocado o desmantelamento da tradicional estrutura produtiva mundial de alimentos baseada fundamentalmente na agricultura familiar. Tornando com isto os países, especialmente do Sul, cada dia mais voltados para as exportações de matérias-primas e de recursos naturais

destinados a sustentar os crescentes padrões de consumo do Norte, em um processo que tem facilitado a acumulação e concentração de riquezas por um pequeno número de grandes corporações do setor agrícola. Assim, enquanto os EUA e a UE protegem suas produções internas e seus mercados com elevados subsídios, na última Mini-ministerial realizada em Genebra eles se recusaram a aceitar as salvaguardas dos países em desenvolvimento, também dispostos a proteger sua soberania alimentar e seus camponeses. Por isto não foi surpreendente que o motivo do colapso negociador fosse a intransigência nessa recusa por parte dos EUA. Tais salvaguardas teriam por objetivo acionar barreiras de proteção à entrada de produtos agrícolas nos casos de surtos de importação. Quando a entrada desses produtos superasse a média de importação dos três últimos anos tais mecanismos seriam utilizados. Assim, a Índia foi colocada como a vilã da história, ao propor a utilização desses mecanismos com 10% de aumento nas importações de produtos agrícolas e alimentos, enquanto os países com interesses agrícolas ofensivos queriam que esses mecanismos fossem acionados ao se atingir um aumento de 40% na importação, quando possivelmente milhões de camponeses já teriam sofrido as consequências dramáticas dessa liberalização.

Analisando o acontecido nos últimos anos, vemos que o próprio surgimento do conceito de soberania alimentar para todos os Estados e povos é consequência justamente da vulnerabilidade em que tem sido colocada a produção e a disponibilização dos alimentos dos países. Numa situação de privação dos modos de

vida tradicionais, foram justamente as mulheres, responsáveis pela gestão cotidiana da água e alimentos, as que têm sido sobrecarregadas com as responsabilidades do cuidado. Nos países em desenvolvimento, as mulheres e as famílias que vivem na pobreza têm sido especialmente afetadas, deslocadas de suas terras e afetado sua subsistência, engrossando as periferias das cidades e os movimentos migratórios motivados pela falta de condições de vida. Assim, durante as reuniões em Genebra, a Índia assumiu ser o porta-voz enfático a expressar a preocupação de muitos países pobres com a subsistência de milhões de pequenos agricultores dos países em desenvolvimento.

De outro lado, estas negociações também insistiam em oferecer supostas vantagens na abertura de mercados para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento em troca de maior abertura destes para os produtos industriais dos países desenvolvidos. As negociações conhecidas como NAMA (de produtos industriais e outros não agrícolas) se assinadas reforçariam o tradicional papel exportador de bens e tecnologia de alto valor agregado dos países desenvolvidos e de suas corporações transnacionais e aumentariam o risco de uma rápida desindustrialização dos países menos desenvolvidos, enquanto dificultariam seu avanço industrial e tecnológico. Simultaneamente, teriam um impacto adverso sobre a capacidade dos governos para desenhar e implementar políticas de promoção industrial a pequenas e médias empresas e a capitais locais como parte de um desenvolvimento econômico sustentável e com equidade de gênero em longo prazo. Os cortes tarifários

promovidos em NAMA iriam abrir setores industriais para a concorrência de importados o que provavelmente deslocaria a produção local com graves impactos pela perda de milhões de empregos.

Estas negociações iriam também ao sentido do aprofundamento das desigualdades de gênero ao afetar em particular o emprego feminino industrial que – apesar da segregação salarial ainda existente – é atualmente o setor que concentra os melhores empregos femininos permitindo diminuir as brechas salariais para as mulheres. Além disso, os cortes tarifários seguramente reduziram as receitas alfandegárias, restringindo os orçamentos dos países em desenvolvimento para atender as políticas públicas essenciais, o que é crucial para o avanço das mulheres.

Ao mesmo tempo, as promessas de troca que estavam na mesa de negociações entre os setores de Agricultura e de Bens Industriais também provocaram desavenças em diversas posturas encontradas entre os países e dentro mesmo de blocos mais ou menos consolidados. Assim, por exemplo, a República Tcheca e a Hungria na União Européia e Argentina no MERCOSUL, atuaram com posições isoladas do bloco nas negociações de NAMA, priorizando a proteção de suas próprias produções industriais domésticas e criando assim focos de diferenças e rugas no interior desses processos integradores. Estes são exemplos claros da aparição de novos interesses, divergências e contradições entre os países que, entretanto, não param por aí.

O estremecimento produzido entre Índia e China de um lado e o Brasil de outro também deverá causar impactos ao interior do G20, bloco que tem cumprido até agora um papel importante no entrave das negociações por sua atuação contra os subsídios dos países industrializados. Embora os mecanismos de salvaguarda tivessem sido aceitos no pacote geral de propostas do G-20 como uma concessão de alguns países, como o Brasil, para manter este bloco unido, na hora do aperto das negociações se percebeu que o interesse defendido pelo governo brasileiro foi o do seu agronegócio, coincidente com o das grandes economias agrícolas exportadoras – reeditando inclusive o já quase esquecido grupo de Cairns. Ficou patente a insistência isolada do Brasil na busca de um acordo, fato que o afastou da liderança histórica no G-20 assim como entre os países membros do Mercosul. Seguramente isto fará com o que o Brasil tenha que pagar um preço para recompor sua imagem e papel junto aos chamados países emergentes e trará muito possivelmente novos alinhamentos políticos.

Será necessário nos próximos tempos redobrar a atenção para o aumento – que com certeza virá – de novos acordos bilaterais que incluam as mesmas políticas liberalizantes que em Genebra foram rejeitadas por não darem conta do direito ao desenvolvimento dos países. Os acordos bilaterais e regionais já vinham crescendo desde o travamento das negociações em Cancun em 2003, seguramente terão agora um impulso renovado com o fracasso negociador da Rodada de Doha.

Podemos finalmente resumir que como resultado desse esgotante processo

negociador, o mapa geopolítico global ficou explicitamente muito mais complexo, com a aparição de interesses diversificados que muitas vezes, e cada vez mais, não reproduzem os formatos tradicionais. O jogo internacional mostra cada dia mais não só as diversas perspectivas e visões nacionais como as disputas ao interior dos chamados “interesses nacionais”. O papel da sociedade civil e das redes internacionais que acompanham os processos negociadores ficou também mais explícito não só no momento das negociações em Genebra como também na influência sobre os próprios governos nacionais e o acirramento das disputas de poder no interior dos mesmos.

É provável, assim, que novas configurações e alianças surjam a partir deste desfecho, que entre outros sinais, indicou claramente que os países em desenvolvimento não querem mais continuar aceitando as políticas de “livre” comércio que de fato só têm favorecido o interesse das grandes corporações. O princípio da liberalização progressiva do comércio internacional como motor do desenvolvimento está seriamente abalado. As instituições financeiras internacionais – e agora também a OMC – estão em franco retrocesso, porém, ainda têm marcada presença e influência no pensamento econômico contemporâneo. Este desfecho deve ser lido à luz do fracasso do receituário neoliberal. Uma nova brecha se abre para trilhar um caminho diferente nas relações internacionais.

Repensar o sistema multilateral de comércio significa colocar realmente no centro das negociações o direito ao desenvolvimento dos países que não têm alcançado a garantia de uma vida digna

para seus cidadãos e cidadãs. E isto seguramente significará dar prioridade a formas de produção e intercâmbio regionais e locais que visem dar conta das necessidades das populações olhando para a sustentabilidade da vida e do planeta.

Bibliografia:

Relatórios sobre as negociações, elaborados por Mariarosaria Iorio, IGTN – Genebra.

Relatórios da REBRIP – Adhemar Mineiro (material de divulgação interna para seguimento das negociações)

O Globo – jornal. “Por um fio” dia 29-07-08 e “O fio arrebentou” do dia 30-07-09; e Valor On line – Reuters – 30-07-08.

Diversas declarações de organizações sociais. (ASC, Ecologistas em Ação, IATP, OWINFS, REBRIP, Via Campesina etc.)

A nova geopolítica do comércio e o colapso da mini-ministerial da OMC: foi devido “apenas” ao Mecanismo Especial de Salvaguarda? Mariarosaria Iorio, IGTN Genebra. Julho 2008.

I. O contexto geopolítico

O colapso das negociações da Mini-ministerial da OMC reflete a nova geopolítica da economia mundial. No centro dos processos de negociação estão as economias emergentes, cuja população – maioria de mulheres – está amplamente empregada na agricultura. Esses novos atores têm outra abordagem das questões e negociações comerciais. Os meios de subsistência das populações estavam no centro da tomada de decisões e no discurso das negociações comerciais internacionais.

Duas visões de mundo emergiram dessas conversações. Uma visão baseada no acesso a mercados como meio de garantir e promover o crescimento e o

desenvolvimento econômicos. A outra, baseada na proteção dos meios de subsistência dos pequenos agricultores e da população rural.

Essas duas linhas de pensamento político estavam presentes durante todo o processo de negociações e tiveram um efeito cascata nos aspectos técnicos das mesmas. Isso não é novo. O que é novo é o fato de que um número cada vez maior de atores nas negociações tem a convicção de que existem questões que não podem ser reguladas pelo mercado: a pobreza e os meios de subsistência demandam ações específicas e posições firmes.

II. O valor político das questões técnicas

Pode-se entender a surpresa daqueles que afirmam que o colapso não foi devido “apenas” ao Mecanismo Especial de Salvaguarda¹ (SSM, sigla do termo em inglês). Entretanto, seria enganoso pensar que essa questão era “pequena” demais para fazer com que as negociações fracassassem.

Em países onde 60% da população é composta por pequenos agricultores, em sua maioria mulheres, e onde o aumento súbito das importações de produtos subsidiados já removeu e poderia de novo remover milhões de pessoas do campo, o SSM adquire um valor político maior. Essa questão é altamente simbólica e vai além das tecnicidades das negociações.

Na pauta da Mini-ministerial havia 20 questões a serem tratadas; o SSM era a

¹ A discordância foi a respeito do “quão facilmente” o mecanismo poderia ser acessado. O princípio como tal está nas modalidades de 10 de julho/2008. O SSM é um mecanismo especial de salvaguarda que pode ser utilizado em circunstâncias extraordinárias e por um período limitado de tempo.

19ª questão. O G332 tinha anunciado desde o início da mini-ministerial que o SSM estava ligado aos meios de subsistência e, portanto, não era negociável. Essa posição foi mantida pela Índia, dentro do G-73, e apoiada por mais 100 países em desenvolvimento. O G204 (um grupo com as mais diversificadas economias e interesses) discutiu o SSM sem chegar a uma posição comum.

O SSM foi a “única” razão para o colapso? Dada a forma do “pacote” e a seqüência de temas, o SSM seria seguido pelo tema dos subsídios ao algodão. A decisão de Hong Kong diz: “*Lembramos o mandato conferido pelos Membros na Decisão adotada pelo Conselho Geral em 1º de agosto de 2004 para tratar do algodão de forma ambiciosa, rápida e específica dentro das negociações da agricultura, com relação a todas as políticas distorcivas do comércio que afetam o setor...*”. Porém, essa questão nem foi discutida.

A questão do algodão era de particular interesse para os países da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali), cujos produtores sofrem com a competição do algodão subsidiado dos países ricos.

² Antigua e Barbuda; Barbados; Belize; Benin; Bolívia; Botsuana; China; Congo; Costa do Marfim; Cuba; Dominica; República Dominicana; El Salvador; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Índia; Indonésia; Jamaica; Quênia; República da Coréia; Maurício; Madagascar; Mongólia; Moçambique; Nicarágua; Nigéria; Paquistão; Panamá; Peru; Filipinas; São Cristóvão e Nevis; Sta Lucia; São Vicente e Granadinas; Senegal; Sri Lanka; Suriname; Tanzânia; Trindade e Tobago; Turquia; Uganda; Venezuela; Zâmbia; Zimbábue.

³ EUA, Comunidade Européia, Japão, Austrália, Brasil, China e Índia.

⁴ Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; China; Cuba; Egito; Guatemala; Índia; Indonésia; México; Nigéria; Paquistão; Paraguai; Peru; Filipinas; África do Sul; Tanzânia; Tailândia; Uruguai; Venezuela; Zimbábue.

Assim, voltando a outras questões específicas na mesa de agricultura, a proposta de trocar o Total de Subsídios Distorcivos ao Comércio (OTDS, sigla em inglês) na agricultura pelo acesso a mercados agrícolas emergentes e a mercados não agrícolas (NAMA) novamente reflete uma escolha política que relaciona crescimento ao acesso a mercados, e aos chamados interesses ofensivos.

Esse argumento não foi convincente para aqueles que vêm defendendo a necessidade de proteger os segmentos mais fracos de suas sociedades, ou seja, os pequenos agricultores e a produção local de alimentos.

Em NAMA, a fórmula suíça de coeficiente 8 para os EUA e UE representou, como declarado pela Argentina, um corte pouco acima de 42%, enquanto que um coeficiente de 20 para alguns países, incluindo flexibilidades, teria significado um corte de 60%.

Tal proposta teria significado um corte 2/3 menor para países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento. *“É menos do que a reciprocidade total, inversamente aplicada para o benefício dos principais parceiros comerciais”*. Teria sido contrário ao princípio da *reciprocidade menos que total* e ao Parágrafo 24 da Declaração Ministerial de Hong-Kong⁵.

Foi pedido que os números em NAMA mudassem e que as condições anexadas (setoriais em troca de maiores flexibilidades e melhores coeficientes)

fossem eliminadas. NAMA manteve posições firmes nessas questões.

Os seguintes países participaram da Conferência de Manifestação de Intenções (*Signalling Conference*, em inglês) sobre Serviços (26 de julho de 2008): Argentina, Austrália, Bangladesh, Brasil, Canadá, Chile, China, CE, Presidência da CE (França), Egito, Hong Kong, Índia, Indonésia, Japão, Coréia, Lesoto, Malásia, Ilhas Maurício, México, Marrocos, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Filipinas, Singapura, África do Sul, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, EUA e Uruguai.

Os seguintes setores foram particularmente mencionados: serviços profissionais; contabilidade legal; arquitetura e engenharia; engenharia integrada; medicina e odontologia; veterinária; serviços prestados por parteiras e enfermeiras; computação e serviços relacionados; serviços de pesquisa e desenvolvimento; serviços de corretagem. Outros serviços comerciais: propaganda; pesquisa de mercado e de opinião; consultoria em gestão; teste e análises técnicas; serviços ocasionais em agricultura; serviços ocasionais em mineração; serviços ocasionais em manufaturas; impressão e publicação; fotografia; empacotamento; serviços de convenções. Outras atividades, tais como tradução e interpretação, design e serviços postais. Os serviços de telecomunicações também fizeram parte dos setores sinalizados para compromissos. Também foram apontados os compromissos com o direito à educação (primária e secundária) e com os

⁵ O princípio da reciprocidade menos que total (*“Less Than Full Reciprocity”*) implica em coeficientes diferentes para países desenvolvidos e em desenvolvimento (Nota da Trad.).

serviços de saúde (modos 3 e 4)⁶, bem como os serviços de energia.

A Conferência não foi o resultado final das negociações. Ela basicamente sinalizou áreas onde os países estariam prontos a assumir novos compromissos ou ampliar os existentes. A sociedade civil demandou a retirada dos serviços essenciais da oferta de serviços.

III. E então?

O contexto da Rodada do Uruguai não existe mais. As economias emergentes têm agora uma nova voz no sistema de comércio multilateral, o que significa uma importante mudança.

Alguns membros poderiam começar a usar o Órgão de Solução de Controvérsias como uma ferramenta para fazer avançar a discussão dos aspectos controversos das negociações (o Brasil já o está fazendo em relação aos subsídios do algodão). Isso pode resultar em um decréscimo nos casos de Solução de Controvérsias, meio legal de lidar com questões que têm peso político.

Ao invés disso, uma reflexão séria deveria ser feita, questionando se os membros estão ou não prontos para enfrentar os desafios de um mundo em transformação. Por quanto tempo alguns deles vão poder ignorar a nova geopolítica da economia mundial?

⁶ O “modo” 3 trata da presença comercial e o modo 4 da presença de pessoas “físicas”.

Dentro das obrigações e disciplinas gerais do acordo em NAMA, definem-se quatro meios, ou “modos”, de prestação de serviços entre países (Nota da Trad.).

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO E EFETIVIDADE DA AJUDA

“De novo na estrada”: visões feministas e estratégias para Acra e Doha. Diana Aguiar, Secretaria Global da IGTN. Julho de 2008.

De 14 a 15 de julho/2008, a WIDE (Women in Development Europe) realizou um evento de Capacitação e Estratégia para Redes Transnacionais em Madri, Espanha, sobre as agendas de Efetividade da Ajuda (EA), da OCDE, e de Financiamento do Desenvolvimento (FfD, sigla em inglês). Essas duas agendas ganharam impulso este ano para as organizações da sociedade civil, já que seus processos de revisão vão levar a Fóruns de Alto Nível, respectivamente em Acra (setembro) e Doha (dezembro).

Assim, as discussões no encontro de Madri objetivaram construir uma agenda comum para os movimentos e organizações de mulheres sobre o que tem sido feito até então e o que pode ser feito agora e no futuro, tanto em Acra (Revisão da Declaração de Paris), quanto em Doha (Conferência de seguimento do FfD). Além de ter sido organizado pela região europeia da IGTN (WIDE), o evento contou também com a representação da IGTN através de Alma Espino (co-coordenadora da IGTN LA) e Diana Aguiar (Secretaria Global da IGTN).

Não foi surpresa o fato de que muitas participantes enfatizaram as questões práticas relativas aos compromissos dos movimentos e organizações de mulheres em ambas as agendas, como, por exemplo, as implicações destas em como os projetos de desenvolvimento acontecem em campo, a necessidade de olhar além de Acra e Doha (“isso não acaba aqui”) e o reconhecimento de que

poucas mulheres possuem a capacidade real de engajamento nessas agendas, dadas suas tecnicidades. Essas questões são importantes para entender as implicações do compromisso dos movimentos e organizações de mulheres nesses processos. Também são centrais para considerar os impactos de tais processos quando examinados em um marco mais amplo da governança econômica global. Quão longe e quão profundas as agendas de desenvolvimento na OCDE e ONU podem ir enquanto a Rodada do “Desenvolvimento” de Doha na OMC permanece nos termos atuais?

Embora algumas ativistas não comprometidas com essas agendas achem que não vale à pena esforçar-se em torno delas, um grupo dos movimentos e organizações de mulheres esteve em Madri para tentar chegar a posições comuns. É óbvio para esses grupos que eles precisam se engajar porque consideram que essas agendas são centrais dentro da estrutura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Querem se engajar “mesmo que seja para dizer que não concordamos”.

O engajamento pode não ser um problema em si mesmo. Entretanto, se torna problemático quando ocorre sem questionar (1) como esses processos são encaminhados e (2) o que eles representam no cenário atual da política mundial.

Primeiro, ambas as agendas estão situadas em processos com claro déficit democrático. Alguns consideram o FfD uma agenda inovadora na ONU, em relação à participação da sociedade civil. Porém, ela ainda está longe do desejável,

já que participação não quer dizer necessariamente ser ouvido quando se fala. Entretanto, o diálogo do FfD está acontecendo no âmbito da ONU - que embora tenha problemas evidentes - ainda é uma organização muito mais democrática do que a OCDE, e portanto um espaço muito mais adequado para o engajamento da sociedade civil. No caso da agenda da EA, o déficit democrático é uma questão ainda maior.

Desta forma, os movimentos e organizações de mulheres devem se perguntar se sua participação não está servindo apenas para legitimar tais processos e como eles poderiam evitar essa possibilidade. Ou seja, se elas continuam a se engajar, como fazê-lo sem servir apenas aos propósitos burocráticos de participação política do chamado processo inclusivo.

Em segundo lugar, há a necessidade urgente de questionar o impacto que esses processos podem ter, considerando a estrutura mais ampla da governança econômica global. Os conflitos Norte-Sul claramente se refletem no recente colapso da ministerial da OMC em Genebra, que fracassou em concluir a Rodada de Doha evidenciando a falta de preocupação com o “desenvolvimento” na Rodada do “Desenvolvimento” da OMC. Com esses processos na estrutura política mundial tão estabelecidos, como é possível considerar as agendas do FfD e da EA fora de um quadro mais amplo de falta de consenso? Faz-se urgente questionar toda a idéia de cooperação para o desenvolvimento como algo a ser gerido para ser tornar “eficaz”, quando os diversos lados dessa “relação de cooperação” não parecem encontrar campos comuns para o debate. A idéia de

“ajuda” também é problemática, porque coloca alguns numa posição de serem ajudados e outros no topo da relação de ajuda. Essa relação é obviamente permeada por conflitos de poder, não tão fáceis de resolver num debate sobre “efetividade”, noção supostamente neutra que serve para despolitizar a discussão.

Com a proximidade dos encontros em Acra e Doha, é hora dos movimentos e organizações de mulheres, e também da IGTN, desenvolverem suas posições e estratégias para esses processos. E isso deve significar muito mais do que considerar essas agendas como se estivessem fora dos atuais conflitos políticos mais amplos da governança econômica global.

A probabilidade do impacto desses processos fica bastante reduzida pela sua inserção num marco mais amplo. Assim, a forma pelas quais esses processos serão abordados depende da análise do cenário econômico-político.

O que vem agora?

Eventos e prazos na agenda dos movimentos e organizações de mulheres rumo à Acra e Doha como espaços para engajamento e estratégia:

Efetividade da Ajuda (Acra, Gana)

30 de agosto – Fórum de Mulheres em Acra – Igualdade de Gênero e Efetividade da Ajuda: o que está em questão no Fórum de Alto Nível 3 (co-organizado pela NETRIGHT, FEMNET, DAWN, IGTN, WIDE e AWID.)

31 de agosto - 1º de setembro – Fórum da Sociedade Civil

2-4 de setembro – Fórum de Alto Nível (somente para organizações da sociedade civil acreditadas)

14-18 de novembro – **Fórum Internacional da AWID – O Poder dos Movimentos (Cidade do Cabo, África do Sul)**

Financiamento para o Desenvolvimento (Doha, Catar)

31 de agosto – prazo final de inscrição para acreditação à Conferência Internacional do FfD em <http://www.un-ngls.org/ffd/cs>

29 de novembro a 02 de dezembro – Conferência Internacional.

Para ler boletins anteriores:

www.igtn.org/page/bulletins

Secretaria Global da IGTN:

Graciela Rodriguez – Global Coordinator
Rua da Lapa, 180 salas 909 - LAPA
20.021-180 Rio de Janeiro/RJ – BRASIL
Telefax: 55 21 2221-1182

www.igtn.org

secretariat@igtn.org

Escritório da IGTN em Genebra:

Mariarosaria Iorio
maria.rosaria@igtn.org
Tel: 41-22-320-6889 Fax: 41-22-321-2753

Boletim editado por Diana Aguiat, da Secretaria Global da IGTN.

Traduzido para o português por Marta Lago, do Instituto Equit/Ponto focal da IGTN no Brasil.

